



AGENDA LEGISLATIVA

31 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (01/04), 13h55

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 9.

Explicação: revoga artigos já derogados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para melhor adequação legal

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Roberto Duarte (REPUBLICANOS/AC)

Parecer: Pela aprovação, na forma do substitutivo

Terça-feira (01/04)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h00

PL 3503/2019 - Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinando que os portais na internet mantidos por empresas privadas e órgãos governamentais disponibilizem ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais; e nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), condicionando o acesso aos benefícios oferecidos pela Lei de Informática à instalação, nos computadores e telefones celulares inteligentes incentivados, de ferramenta interativa embarcada para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais. Item nº 13.

Explicação: determina que os portais na internet mantidos por empresas privadas e órgãos governamentais disponibilizem ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais; e condiciona o acesso aos benefícios da Lei de Informática à instalação, nos produtos incentivados, de ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais.

Autor: Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)

Relator: Erika Kokay (PT/DF)

Parecer: Aprovação deste, dos PLs 2951/2021, 104/2023, 4052/2021 e 3391/2023, apensados, com substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

PL 2141/2023 - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade. Item nº 7.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 06, 17h00

Reunião Técnica - Tema: Frente Parlamentar da Economia Criativa

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 14, 17h00

Reunião Técnica - Tema: Lançamento da Agenda Legislativa 2025 da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento do Desenvolvimento (FPSNF).

Quarta-feira (02/04)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014. Item nº 1.

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – COMICRO e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – CONAMPE passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela rejeição.

PL 5873/2019 - Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Item nº 3.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Daniel Almeida (PCDOB/BA)

Parecer: Pela rejeição deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

Reunião de Eleição - Tema: Eleição dos Vice-Presidentes

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00 / *Incluída após envio da Agenda*

PL 4238/2021 - Inaugura penas administrativas quanto ao não cumprimento de acessibilidade eletrônica, institui obrigatoriedade de acessibilidade eletrônica na Administração Pública e dispõe sobre recomendação para inclusão de disciplina obrigatória nos cursos de direito, jornalismo, publicidade, desenvolvimento de sistemas e sítios eletrônicos ou correlatos. Item nº 38.

Explicação: edita a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), para que o Poder Público institua mecanismos de acessibilidade eletrônica em seus repositórios, sob pena de aplicação de advertência, multa e suspensão do sítio eletrônico; além de incluir nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em direito, jornalismo, publicidade e desenvolvimento de sistemas, disciplina obrigatória de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Autor: Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas (CPD) com Deficiência, com subemendas e envio de Indicação.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

PDL 397/2023 - Susta o Decreto nº 11.768, de 6 de novembro de 2023, que autoriza a reversão do processo de dissolução societária da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec. Item nº 1.

Autor: Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PDL 398/2023, apensado, com substitutivo.

PL 6236/2016 - Acresce inciso ao art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a impossibilidade de bloqueio de aplicativos de mensagens instantâneas. Item nº 2.

Explicação: altera o Marco Civil da Internet para incluir a proibição na relação dos direitos dos usuários da internet.

Autor: Renata Abreu (PODE/SP)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 20.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PDL 169/2024 - Susta, nos termos do art. 49, V e X, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023 e da Portaria MTE nº 3.714, de 24 de novembro de 2023. Item nº 2.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Bohn Gass (PT/RS)

Parecer: Pela rejeição.

PL 3423/2023 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a contribuição voluntária das empresas que façam uso de inteligência artificial para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e a concessão do selo “Empresa Amiga do Emprego”. Item nº 6.

Explicação: os critérios para concessão, renovação, exclusão e forma de utilização e divulgação do selo deverão considerar, entre outros aspectos, o valor da contribuição, o faturamento anual da empresa, o número de demissões e os mecanismos de fiscalização e controle das contribuições voluntárias. A contribuição será utilizada exclusivamente para custear programas de qualificação profissional para os trabalhadores substituídos pela inteligência artificial.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 386/2023 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade. Item nº 5.

Autor: Damares Alves

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h30

PL 2065/2021 - Dispõe sobre a criação e implantação do aplicativo Condutor Provisório de Veículo (CPV) a ser gerenciado pela autoridade nacional de trânsito. Item nº 7.

Explicação: o aplicativo possibilitará a inclusão e/ou remoção provisória em tempo real, junto às bases DENATRAN/RENAVAN, dos dados do condutor durante o período de utilização de veículo automotor de propriedade de terceiros, para fins de identificação e notificação de eventuais infrações e/ou crimes de trânsito, por ele cometido.

Autor: Márcio Labre (PL/RJ)

Relator: Helena Lima (MDB/RR)

Parecer: Pela rejeição.

PL 2559/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade de internet em alta velocidade nos veículos de transporte escolar, nos termos que especifica. Item nº 8.

Autor: Júnior Mano (PSB/CE)

Relator: Rubens Otoni (PT/GO)

Parecer: Pela rejeição.

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h30 / *Incluída após envio da Agenda*

PL 2853/2022 - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências. Item nº 39.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

PL 870/2022 - Institui o Banco Virtual de Leite Materno. Item nº 22.

Explicação: institui o Banco Virtual de Leite Materno, que será operacionalizado por meio de um aplicativo, software desenvolvido para ser instalado em dispositivos eletrônicos móveis, para acesso das doadoras de leite humano ao sistema de gerenciamento dos bancos de leite da rede pública de cada estado.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Ana Paula Leão (PP/MG)

Parecer: Pela aprovação.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

REQ 12/2025 - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a prática de intimidação sistemática (bullying) e intimidação sistemática virtual (cyberbullying) na infância e adolescência. Item nº 1. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidados:

- Juliano Melo Duarte, Advogado. Escritor. Palestrante. Especialista na área;
- Alessandra Roberto Prado Duarte, Psicopedagoga. Mestranda em Educação. Vice-Diretora de escola;
- Francisco José dos Santos (Dunga), Escritor, Apresentador e Palestrante;
- Filipe Santos, Professor. Historiador. Teólogo.

Autor: Chris Tonietto (PL/RJ)

PL 2746/2023 - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituindo o Sistema Nacional de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética - Sinape. Item nº 11.

Explicação: estabelece, entre outros, a incorporação de cadastro com dados e informações de domínios na internet que possuam conteúdos sexuais ou que estimulem sua prática.

Autor: Dagoberto Nogueira (PSDB/MS)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO Anexo II, Plenário 11, 14h00 / *Incluída após envio da Agenda*

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações. Item nº 5.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 634/2020 e 2976/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos. Item nº 6.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: Tito (AVANTE/BA)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Parecer: Pela aprovação.

PL 1845/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), ampliando o conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação de internet para fins de apuração de ilícitos. Item nº 10.

Explicação: determina a inclusão da porta lógica no conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação para efeito da investigação de condutas ilegais.

Autor: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (01/04), 14h00

PLC 134/2017 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”. Item nº 3.

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Giuseppe Vecci (PSDB/GO)

Relator: Pendente

Parecer: Pela aprovação.

Terça-feira (01/04)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir os seguintes projetos que tramitam em conjunto: Projeto de Lei Complementar nº 164, de 2022, que “regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência”; e o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2017 (Complementar), que “regulamenta a Constituição Federal para prever critérios especiais de tributação a fim de prevenir desequilíbrios concorrenciais”.

Convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda
- Representante do Ministério das Minas e Energia
- Gustavo Henrique Formolo - Coordenador de Produção de Informações Estratégicas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)
- Rodrigo Senne Capone - Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Emerson Kapaz - Presidente do Instituto Combustível Legal
- Enrico Severini Andriolo - Gerente Jurídico e Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Mozart Santos Rodrigues Filho - Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom)
- Ricardo Medeiros de Castro - Chefe da Assessoria Técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
- Igor Nascimento de Souza - Membro da Diretoria Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sócio do Escritório Souza Okawa Advogados e vice-presidente do Comitê de Investimento do FI-FGTS

CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

Reunião - Tema: Depoimento

Quarta-feira (02/04)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

Reunião - Tema: Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2025-2026.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

PLP 164/2022 - Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Item nº 1.

Autor: Jean Paul (PT/RN)

Relator: Veneziano (MDB/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017–Complementar.